

**FARC-EP: o mais longo processo de luta
revolucionária da América Latina**

Diego Barbosa Ceará*

Resumo:

O presente artigo procura analisar o processo histórico de formação e desenvolvimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP), ao longo dos seus 45 anos de luta. Procuramos mostrar como se desenvolveu o processo organizacional, estratégico e militarista do movimento guerrilheiro em busca do poder.

Palavras-chave: Guerrilha; Farc-ep; Militarização.

Abstract:

The present article tries to analyse the historical process of formation and development of the Revolutionary Armed Forces of Colombia – Popular Army (FARC-EP), along his 45 years of struggle. We try to show the developed one of the process organizational, strategic and militarist from the guerrilla movement to the search of the power.

Keywords: Guerrilha; Farc-ep; Militarization.

* Mestrando do curso de História (FHDSS-Unesp/Franca), membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Orientando do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. E-mail: dieggocr@yahoo.com.br.

Introdução

A guerrilha colombiana tem suas raízes na guerra civil que dilacerou o país a partir do final dos anos 1940, e que fora provocada por um choque entre as facções do partido conservador e do partido liberal. Este adotava uma posição um pouco mais avançada sobre a necessidade de colocar em prática um modelo de desenvolvimento nacional, até para angariar apoio popular contra os conservadores. O episódio que deflagrou a guerra civil foi o assassinato, em 09 de abril de 1948, do caudilho liberal e populista Jorge Eliécer Gaitán, militante da ala radical do Partido Liberal, que havia fundado a União Nacional de Esquerda Revolucionária e que liderava uma campanha a favor de reformas políticas e sociais (contra a corrupção política, a fraude eleitoral e os privilégios). Na campanha presidencial, o candidato assassinado contava com o apoio e refletia o anseio dos trabalhadores. A notícia de sua morte causou uma onda de manifestações de operários e camponeses em todo o país. O mundo vivia o início da Guerra Fria e a revolta foi considerada insuportável pela Casa Branca. Os conservadores colombianos, no poder, receberam instruções de Washington para desencadear a repressão, o que deu lugar ao período situado entre 1948 e 1953 conhecido como *“La Violencia”*.

O conflito entre os dois partidos se expandiu e atingiu o campo, desencadeando uma onda de violência sem precedentes. Patrocinados por políticos dos grandes centros urbanos, os líderes rurais, juntamente com os seus bandos, passaram a usar a identificação partidária como pretexto e justificativa para as ambições pessoais. Diante deste processo violento, os camponeses organizados pelo Partido Comunista Colombiano (PCC), então na clandestinidade, organizaram os primeiros focos de resistência armada, assumindo a luta, a partir de então, pela sua própria existência e também pela defesa de seus interesses.

Diante deste quadro desestabilizador, foi instalado o governo militar do General Rojas Pinilla (1953-1957), com o objetivo de pacificar e solucionar a convulsão social pela qual passava o país. Em 1958, culmina um entendimento entre os partidos (Liberal e Conservador) que fica conhecido

como Frente Nacional, o que possibilitou um monopólio no poder, distribuição de forma igualitária dos cargos públicos, postos de representação e alternância de forma pactuada na presidência.

Paralelo a estes acontecimentos, no campo os grupos de autodefesa que haviam sido organizados pelo PCC (guerrilhas comunistas) em resposta à brutalidade oficial no período de *La Violência* e que não tinham se desmobilizado militarmente, mesmo diante da política de paz e anistia do presidente Alberto Lleras Camargo, abandonaram a mobilidade e começaram a criar zonas de “colonização armada” ou regiões de autodefesas (LEONGÓMEZ, 2006: 64). Essa resistência, gradativamente passou a incomodar o governo da coalizão que, em 1964, intitula esses grupos de “repúblicas independentes” e ordena um bombardeio aéreo sobre a região considerada insurgente.¹ Esses núcleos resistem aos ataques e se transformam no embrião que posteriormente vai gerar o movimento guerrilheiro. Esse foi o quadro interno que gerou a guerrilha, ela nasceu de uma situação insuportável em função de um histórico conflito político e de extrema pobreza.

Este processo se produz num contexto político excludente de democracia restringida que centraliza o exercício do poder político nas mãos dos partidos tradicionais e no desenvolvimento de um regime de governo que levanta uma estratégia de luta contra os movimentos sociais e os partidos de oposição, em particular, contra o partido comunista colombiano (GALLEGO, 2008: 83).

¹ Os núcleos da guerrilha comunista se transformaram em grupos de massas, autodefesas, que tinham a tarefa de vigiar e defender suas zonas dos ataques de grupos armados a serviço de latifundiários. Em suas áreas de influência foram repartidas terras entre seus habitantes, criaram-se mecanismos de trabalho coletivo e de ajuda para a exploração individual de parcelas, era aplicada a justiça do movimento por decisão coletiva na assembléia popular. Esta organização social, posteriormente, é qualificada como “Repúblicas Independentes”. Não confundir este sistema de autodefesa com o que surge futuramente em território colombiano, que seria os grupos armados pagos e comprometidos com a defesa dos interesses dos latifúndios, fazendeiros, industriais, empresários e narcotraficantes também conhecidos como esquadrões da morte ou grupos paramilitares.

Os fatores externos que estão associados ao surgimento do movimento revolucionário na Colômbia, são dois: a Guerra Fria que produziu um enfrentamento entre o mundo socialista e o mundo capitalista, e que permitiu que os conflitos político/sociais, na América Latina, fossem vistos como subprodutos do enfrentamento global e tratados com base na “Doutrina de Segurança Nacional”. E, a Revolução Cubana (1959), que vai inspirar vários movimentos de esquerda que surgem entre os anos de 1964 a 1967, entre eles encontram-se as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP), que se destacaram por sua perseverança e capacidade operativa, o que os mantêm ativos até o presente. Neste estudo, as Farc-ep receberão especial atenção, por serem o principal grupo insurgente entre os que mantêm vivo o conflito armado interno da Colômbia.²

Em 1964, Marquetalia representava o foco principal de resistência, sendo o seio do PCC, e tinha como aliados os movimentos agrários de Marquetalia e Riochiquito. Em maio do mesmo ano, o Exército colombiano iniciou os ataques a esta região, patrocinados pelos Estados Unidos através do plano Latin American Security Operation (Plano Laso), que tinha por objetivo eliminar as denominadas regiões de autodefesas. Programou-se operações de ofensiva contra as regiões de autodefesas com apoio estadunidense às Forças Armadas da Colômbia, através de investimentos econômicos, envio de homens, materiais e equipamentos bélicos.

Esses ataques não conseguiram aniquilar o movimento, que, no calor do combate e através de uma assembléia geral de guerrilheiros, no dia 20 de julho de 1964, anunciou o *Programa Agrário dos Guerrilheiros*. Essa assembléia foi o início das oito conferências que iriam discutir e analisar o percurso das Farc ao longo dos anos. Destacamos aqui, a segunda conferência ocorrida no ano de 1966, pois a mesma instituiu o nome do movimento revolucionário (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia),

² Demais grupos guerrilheiros em solo colombiano: Exército Popular de Libertação (EPL), Exército de Libertação Nacional (ELN), Movimento 19 de Abril (M-19), Movimento Revolucionário Quintín Lame (MRQL) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

e a sétima ocorrida no ano de 1982, que lhe confere a sua atual identificação (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular).

Após a segunda conferência, no momento em que o movimento guerrilheiro tentava colocar em marcha o seu plano de expansão territorial, que buscava estabelecer novos destacamentos pelo país, o objetivo era a passagem da guerra camponesa de auto defesa para a guerra de guerrilhas móveis. O movimento é abruptamente golpeado pelas Forças Armadas colombianas na região de Quindío. Ciro Trujillo havia convocado a todos os destacamentos, exceto os de Joselo e Marulanda, para que concentrassem todas as forças em Quindío, entretanto, foram detectados pelo Exército que aplicou um golpe certeiro. Ocorreu a perda de aproximadamente 70% de vidas e dos armamentos. Foi um duro golpe que quase aniquilou o movimento insurgente.

Durante este período crítico os sobreviventes reconheceram os erros e, com muitas dificuldades, planejaram uma nova estruturação do movimento. A terceira conferência traçou novas linhas de ação, porém, mais ágeis e atuantes. Nesta conferência ocorreu a refundação das Farc, depois do golpe sofrido, se estabeleceu uma estratégia de reconstrução organizacional, se definiu um plano de trabalho, recomposição política e territorial do projeto e com ele se iniciou uma fase de crescimento e consolidação planificada. Estendeu-se a força sobre os departamentos de Tolima, Huila, Cauca. Em Magdalena Medio já estava funcionando a IV Frente. Este período estava demarcado militarmente pela troca da concepção organizacional e operativa, foi a passagem do destacamento guerrilheiro para a fundação das frentes (GALLEGO, 2008: 92).

Década de 1970: Processo de mudança estrutural e política das Farc

Durante a década de 1970, o movimento, através das conferências realizadas, procurou estabelecer um projeto educativo, cujo objetivo principal era a formação ideológica no momento em que se defendia a idéia de expansão pelo território colombiano, pautada principalmente nos planos de desenvolvimento militar. Para esta nova fase de organização

Diego Barbosa Ceará

foram criados o Estado Maior e o Secretariado Central. A quinta conferência realizada no departamento de Meta no ano de 1974 propôs a ampliação da força guerrilheira até a formação do exército revolucionário, desenvolveu-se a criação da V frente em Antioquia e da VI em Valle e em Cauca. Este processo para Gallego

é uma etapa centrada na reconstrução organizacional, sua consolidação e expansão é que vai dar origem a idéia de formação de uma estrutura de exército que pode modificar sua estratégia de luta guerrilheira até uma etapa mais ofensiva e de maior cobertura nacional (GALLEGO, 2008: 86).

Na sexta conferência realizada no ano de 1978, foram apresentados os Estatutos, (o estatuto se preocupou em dar ênfase à condição política e revolucionária da organização e ao duplo caráter que deve ter a sua militância, como sujeito político e ator militar), o regulamento de regime disciplinário e as normas de comando que regem a vida das Farc. Avaliou-se o trabalho da organização política, de massas, de educação e propaganda. Estabeleceu-se frente ao crescimento da ação repressiva do Estado a organização clandestina e a proteção ao trabalho político. No âmbito militar, ocorreu a reorganização do Estado Maior Central, todo o corpo de mando e criou os Estados Maiores de Frente de acordo com o novo Estatuto e os regulamentos. Nesta conferência foi criado o Secretariado do Estado Maior Central e as linhas de ação do Plano Nacional Militar que as Farc colocariam em marcha durante as próximas décadas com relativo êxito.

As Farc passaram a se estruturar militarmente da seguinte forma: a esquadra é a unidade básica e consta de 12 homens, duas esquadras formam uma guerrilha, duas guerrilhas formam uma companhia, duas companhias formam uma coluna e duas ou mais colunas formam uma frente. Com o avanço territorial que foi ocorrendo surgiram os Blocos de Frente: um bloco de frente consta de 5 ou mais frentes, é a estrutura militar que está abaixo do Secretariado e do Estado Maior Central. Com essa nova linha de ação buscava-se criar uma correlação de forças para que fosse possível o desenvolvimento de uma ofensiva geral. O movimento optou por uma

política de esclarecimento dos camponeses objetivando, desta forma, obter apoio no campo, buscando assim, diminuir a inferioridade das forças materiais que devem ser compensadas por uma superioridade crescente dos meios morais à medida que uma ação vai sendo descoberta. De tal sorte, a operação se desenvolve simultaneamente em dois planos: o plano material das forças militares e o plano moral de ação psicológica.

Em seu estatuto as Farc vão se definir ideologicamente como uma organização marxista-leninista, que buscava aplicar os fundamentos ideológico-políticos desta corrente à realidade colombiana. No entanto, com a evolução do conflito interno e com a realidade que se foi desenhando para os insurgentes (a crise do socialismo do Leste), fez com que o movimento insurgente passasse a ser menos dogmático no discurso sobre o socialismo e o comunismo.

Em meados dos anos 80, os guerrilheiros assumem como catalisador do processo revolucionário o pensamento de Simón Bolívar. Aspectos como o antiimperialismo, unidade latino-americana, igualdade, bem estar do povo e a formação de um exército bolivariano são os pontos em que os insurgentes vão se estruturar. Este é um discurso que tenta obter apoio popular em relação a sua causa. A figura de Bolívar remete a luta contra o poderio imperialista espanhol, esta é a imagem que a guerrilha tenta desenvolver na mentalidade da população colombiana - de que as Farc estariam lutando contra um poder opressor, que neste momento estava sendo representado pela figura do Estado, e na visão dos insurgentes não cumpria com as suas obrigações constitucionais e, somente a luta armada poderia libertá-los. Com o passar dos anos tal proposta não atingiu o efeito desejado, visto que não ocorreu o aumento da simpatia popular pelo movimento insurgente e a iniciativa de utilizar a imagem de Bolívar não era inédita, já estava sendo utilizada pelo movimento revolucionário M-19 desde 1973.

Para poder entender a definição marxista-leninista adotada pelos guerrilheiros, traçaremos um breve histórico das lutas partidárias na Colômbia, o que vai facilitar o entendimento desta escolha política/ideológica feita pelos insurgentes.

Com a instalação da Frente Nacional em 1958, o PCC procurando obter apoio para desenvolver a sua luta democrática, dentro de um contexto de impulsionar as Frentes Populares, procurou ganhar para a sua frente um setor extremamente importante, a juventude. A Juventude Comunista (JUCO) teria a responsabilidade de recrutar quadros jovens para aumentar a base social e política do partido. A revolução cubana ajudou neste processo de desenvolvimento das idéias comunistas entre os jovens. O furor nas universidades começou a incomodar a hegemonia dos partidos tradicionais, base da Frente Nacional. Entretanto, o movimento cubano acabou criando nos jovens a visão da vitória através das armas e não mais através da luta pacífica. Neste momento, começava a se desenvolver uma luta interna nos quadros do PCC, em função, de uma ala desejar uma solução política e outra, a via militar.

Outro ponto que vai acalantar o embate interno dentro do PCC é o debate ocorrido na década de 60 entre os Partidos Soviético e Chinês, em que, respectivamente, o primeiro adotava a linha revisionista de coexistência pacífica com os EEUU e o segundo a linha maoísta de guerra revolucionária. Entre os anos de 62-63 ocorreu a ruptura entre os partidos, o que inevitavelmente se expandiu para todos os partidos comunistas, incluindo o colombiano que já vinha neste processo de luta interna. A linha chinesa defendida por Mao Tse Tung pró marxismo-leninismo teve grande aceitação entre os comunistas colombianos. A partir de então, o PCC passou a adotar a política de expulsão aos críticos e opositores de sua política de alianças. No IX Congresso, realizado em 1961, o PCC firmou uma aliança eleitoral com o Movimento Revolucionário Liberal (MRL). Neste congresso se optou claramente pela via pacífica. Vários quadros do PCC foram expulsos por defenderem a visão chinesa de apoio à luta armada e de não aliança com a burguesia colombiana.

Em março de 1964, realizou-se em Medellín, a Primeira Conferência de Marxistas-Leninistas, no entanto, nenhum acordo foi formalizado. Não chegaram as conclusões sobre a criação de um Exército, um partido de massas ou um movimento de coordenação de várias organizações. Em 17 de julho de 1965, ocorreu o X Congresso do Partido Comunista da Colômbia (Marxista-

Leninista). A denominação X Congresso deixa clara a idéia de se resgatar o Partido e não a criação de um novo. Para isto, foram expulsos os líderes da ala revisionista. Após este processo turbulento, chegou-se à conclusão de que, para a tomada do poder, se manteria as teses de revolução patriótica, popular e antiimperialista para a construção da “Nova Colômbia”.

Este tumultuado período político é que vai propiciar a geração e o desenvolvimento de uma nova estrutura orgânica das Farc. Este quadro interno gerou uma plataforma de extrema importância política e militar para a sobrevivência e expansão do movimento guerrilheiro por todo o país, como será possível perceber ao longo das décadas de 80-90, momento no qual os insurgentes tiveram grande capacidade operacional de hostilizar a estrutura governamental.

Expansão das Farc-ep: domínio territorial e vitórias militares

Os acontecimentos que ocorreram a partir do início da década de 80 foram transformando gradativamente o conflito interno colombiano. Este passou a ter um aumento no número de ações e maior grau de violência em função do aumento de poder de fogo da guerrilha, das políticas mal elaboradas pelo Executivo e pelo financiamento vindo do narcotráfico, que passou a corromper os atores políticos.

Este período marca a passagem das Farc-ep de um mediano grupo guerrilheiro entre os vários existentes, para a posição de maior expressão no teatro político colombiano. Neste período, a revolução nicaragüense (1979) trouxe um impacto positivo para o movimento colombiano, pois revitalizou o mito da ação guerrilheira como instrumento de conquista do poder na América Latina (LEONGÓMEZ, 2006: 68).

As Farc-ep modificaram sua estratégia de luta através da sua VII Conferência realizada entre os dias 4 e 14 de maio de 1982. Esta conferência propiciou ao movimento uma nítida concepção operacional e estratégica como exército revolucionário, caracterizando um reajuste de todos os seus mecanismos de direção e comando.

Estas mudanças estratégicas levaram os insurgentes a dominar outras regiões do território colombiano. Até então, a sua fixação se restringia a áreas de colonização em função da precária presença estatal, com o desdobramento de suas frentes, passam a objetivar o domínio sobre áreas de valor estratégico para a captação de recursos econômicos com o fito de obter o controle direto da exploração de recursos naturais ou de extorquir seus produtores cobrando o “imposto revolucionário”, uma imposição tributária ilegal.

Outro ponto que vai fortalecer as Farc-ep neste processo de expansão é o seu envolvimento com o tráfico de drogas que gradativamente passou a fortalecer a economia dos guerrilheiros e facilitou a aquisição de armas leves para o combate. No sul do país, nos Departamentos de Guaviare, Caquetá e Putumayo houve um grande crescimento na produção de coca na década de 80, áreas estas controladas pelos guerrilheiros. Este incremento nas produções é em grande parte resultado do combate estadunidense às plantações de coca na Bolívia e Peru, o que os especialistas consideram de “efeito balão”, que consiste em, apertando o cerco de um lado pode-se até obter alguma diminuição, porém, o balão, a plantação, se expande em outra frente, agora em território colombiano estabelecendo novas fronteiras agrícolas.

Em oposição ao movimento insurgente de orientação comunista que vinha aumentando a sua área de domínio e influência no território colombiano, surgem as AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), aparentemente como parte de um projeto do governo para realizar as ações sujas em lugar das Forças Armadas. As AUC têm a sua gênese nas políticas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com foco e fonte na *National War College*, e dentro da estratégia do Conflito de Baixa Intensidade, que foram traçados pelo Pentágono para toda a América Latina. No caso colombiano, a DSN se implanta em oposição ao recente movimento insurgente (repúblicas independentes), e a “ameaça comunista” em todo o continente americano. Já em fins da década de 1970, as elites colombianas se dispuseram a sacrificar o monopólio das armas financiando grupos armados leais ao governo e aparentemente sintonizados com os

narcotraficantes (fontes desse financiamento) para, desta forma, contrapor-se com a violência armada irregular ao movimento guerrilheiro, pois, o Estado se encontrava sem nenhuma possibilidade de efetivar uma ação repressiva contra os insurgentes e sua rápida expansão pelo território. Começa então a ser formados diferentes tipos de grupos armados por toda a Colômbia em oposição à guerrilha. No fim de 1982, houve a primeira reunião entre pecuaristas, agricultores e comerciantes da região. “Cerca de 250 empresários organizaram-se para se defender dos ataques da guerrilha pautando suas ações e tentando legitimar-se por leis que anteriormente foram estabelecidas” (LEÓNGOMEZ, 2007: 90). Em decorrência da incapacidade das Forças Armadas colombianas para aniquilar o movimento iniciado no Departamento de Marquetalia, o governo emite o decreto 3.398 de 1965 e a lei 48 de 1968 (Estatuto Orgânico da Defesa Nacional), que oferece a base legal para a formação de grupos civis armados, isto é, das “autodefesas”, para auxiliar o exército contra a guerrilha, legitimando, dessa maneira, o poder paramilitar.

No decorrer dos anos 80, o presidente Belisario Betancur, tentando iniciar negociações com o movimento guerrilheiro, dita a lei 35, de novembro de 1982, conhecida como “lei da anistia”, que permite a liberação de centenas de revolucionários presos (VÉLEZ, 1998: 31). O movimento insurgente, diante da aparente boa vontade do governo em estabelecer uma linha de diálogo, assina em 28 de maio de 1984 os acordos de “*La Uribe*”, que estabeleciam um cessar-fogo bilateral, a não entrega de armas e homens por parte da guerrilha e, por sua vez, o governo se comprometia em impulsionar uma série de reformas políticas, econômicas e sociais. Em função do acordo estabelecido, é criada, em 1985, uma organização política denominada União Patriótica (UP). Esta criação obedecia à busca de uma representação política legal por parte dos movimentos de esquerda. Era uma frente ampla na qual se integravam guerrilheiros das Farc-ep, sindicalistas, progressistas, democratas e setores regionais dos partidos liberal e conservador procurando uma expressão partidária legal no quadro eleitoral colombiano. Este período foi marcado por uma grande vitória da UP nas eleições de 1986, conseguindo eleger 350 vereadores, 23 deputados

e 6 senadores. Diante desta demonstração de aceitação política da nova expressão, o governo de uma forma covarde (motivo pelo qual esse período passaria a ser conhecido como “a guerra suja”) promove perseguições e assassinatos de forma clandestina de membros da UP. Fato verificado anteriormente com o M-19 – entregaram as armas aproveitando a trégua para passar a militar legalmente em partidos políticos aceitando as regras do jogo eleitoral e foram brutalmente perseguidos e assassinados.

Em 1987, vários grupos guerrilheiros existentes na Colômbia se reúnem organizativamente para a fundação da Coordenadoria Guerrilheira Simón Bolívar (CGSB). Estas medidas adotadas por parte dos insurgentes provocaram o aumento da fúria da repressão estatal, que respondia às manifestações políticas de esquerda com assassinatos e perseguições de seus líderes. Em 1988, ocorre o assassinato do dirigente e secretário de relações políticas da União Patriótica, José Antequera, no interior do aeroporto de Bogotá. Durante a campanha presidencial são assassinados três candidatos: Luis Carlos Galán, do Partido Liberal, Carlos Pizarro Leongómez, da Aliança Democrática M-19 e Bernardo Jaramillo, da UP (VÉLEZ, 1998: 35).

O assalto à Casa Verde

As relações entre o governo e a guerrilha há muito já estavam deterioradas, mas, o estopim da crise ocorre quando as forças do governo atacaram, em 9 de dezembro de 1990, a “Casa Verde”, sede do secretariado das Farc-ep, no mesmo dia das eleições para a constituinte e sem prévia declaração de guerra. De uma forma errônea, o governo acreditava ter realmente atingido de forma letal a guerrilha e vislumbrava-se o grande golpe final da guerra de contra-insurgência. No entanto, por desajustes estratégicos, assim como pela sua incapacidade bélica, o Estado não chegou a impor perdas consideráveis ao grupo insurgente. Para Carlos Alfonso Velásquez, “o que se pode deduzir é que não houve um objetivo político específico traçado pelo governo”. Segundo o Conselho de Segurança do momento, “a decisão do assalto a Casa Verde não foi presidencial e nem

política se não estritamente militar, o mesmo que a seleção dos meios e a data de sua realização” (VELÁSQUEZ, 2006: 154).

No período caracterizado pela reorganização das Farc-ep, em consequência do ataque ao seu secretariado, são constatadas as limitações operacionais das forças governamentais na guerra de contra-insurgência, pois a insurgência não apenas não diminuiu, mas os guerrilheiros intensificaram as suas ações, em função da traição por parte do governo que atacou durante um período de paz. A declaração de “guerra integral” contra as Farc-ep fez com que a guerrilha efetivamente expandisse os propósitos elaborados na VII Conferência. Depois do assalto a Casa Verde, especialmente no primeiro trimestre de 1991, o nível de confrontação se elevou. No dia 05 de fevereiro, dia da instalação da Assembléia Constituinte, se produziram cinquenta atentados dos guerrilheiros. Nessa semana ocorreram mais de duzentos atos terroristas em todo o país provocados pela Coordenadoria Guerrilheira Simón Bolívar (CGSB). Dados do Informe Nacional de Desenvolvimento Humano (INDH) mostram que entre 1990-91 as Farc-ep aumentaram em 140% suas ações violentas (Idem, 2006: 155).

Entre 1992 e 1998, em decorrência de sua mudança tática ocorreu a passagem da guerra de guerrilhas para a guerra de movimentos (programa que se denominou “Nova Forma de Operar – NFO”). Naquele momento se decidiu constituir um exército guerrilheiro capaz de infligir às Forças Armadas derrotas com um valor estratégico nítido e contundente. Com esse objetivo são criados os Comandos Conjuntos em escala regional e o Comando Geral, destinado a coordenar a nova fase de ofensiva militar contra o Estado (LEONGÓMEZ, 2007: 72). Para fins de 1998, havia mais de 500 prisioneiros em mãos da guerrilha, além do domínio de grandes áreas dentro do território colombiano.

Em 1994, em resposta a ação da ofensiva tática das Farc-ep, se realiza a Primeira Conferência Nacional das Autodefesas, sob a liderança de Carlos Castaño. Três anos mais tarde se consolida a unificação de todos os grupos paramilitares sobre o nome de AUC e é formulada e aprovada sua constituição. Dos aspectos fundacionais das AUC, destacamos os seguintes pontos: 1 – Não abandonar a luta enquanto a guerrilha permanecer em pé

Diego Barbosa Ceará

de guerra; 2 – Compromisso insofismável com a deposição de armas apenas na hipótese de uma negociação trilateral; 3 – Definir as Autodefesas Unidas da Colômbia como movimento Político-Militar de caráter anti-subversivo, no exercício do direito à legítima defesa, exigindo transformações na esfera estatal, mas sem atentar contra ela. Todos estes pontos foram constantemente negligenciados por parte das AUC até o ano de 2006, quando começaram a se desmilitarizar.

Acreditamos que neste momento do conflito, as Farc-ep já haviam superado a guerra de posições, que se caracteriza por pequenos grupos que fustigam o inimigo mantendo-se em permanente mobilidade. Agora, tudo indica que começaram a se concentrar na idéia de uma defensiva estratégica, que consistiria em manter o domínio sobre as posições conquistadas, no entanto, sem abandonar por completo a guerra de posições e partindo posteriormente para a vitória através da ofensiva geral, que seria o golpe final pautado na existência/organização de um exército regular estruturado na NFO (SAINT-PIERRE, 2000: 158).

Em 30 de agosto de 1996, mais de 2.600 guerrilheiros atacaram a base militar de Las Delicias no Departamento de Putumayo. A ação havia sido cuidadosamente planejada durante seis meses. Tão segura se encontrava as FARC do êxito da operação, que designaram a um membro da sua organização para que registrasse os feitos em vídeo. Na operação morreram 31 soldados e outros 60 ficaram retidos como reféns, no que foi considerada a pior derrota do Estado colombiano nos últimos anos. (RAMÍREZ, 1998: 130).

Neste momento as estimativas apontavam que a insurreição contava entre 15 a 18 mil homens nas fileiras do exército guerrilheiro. Entretanto, o governo, a partir da elaboração do Plano Colômbia, passa a contar com pesados investimentos no orçamento militar, o que vai lhe possibilitar a retomada e o exercício do domínio sobre grande parte do território colombiano e, dessa forma, consegue com que a guerrilha retroceda em suas ações.

Plano Colômbia: grande ofensiva militar por parte do Estado

Inicialmente o objetivo do presidente Andrés Pastraña era criar um programa que se destinaria à ajuda financeira para as regiões cultivadoras de coca, e a principal idéia defendida pelo presidente era de que os cultivos poderiam ser erradicados e substituídos mediante acordos de cooperação com a guerrilha e que a paz poderia construir uma êxitosa política contra as drogas.

Esta proposta foi muito questionada pelos congressistas norte-americanos. O programa aprovado pelo congresso dos Estados Unidos consistia no combate aberto às produções dos cultivos ilícitos baseado nas fumigações aéreas e na destruição dos laboratórios de cocaína. A idéia inicial, de um combate aos ilícitos baseado num contexto de negociação e ações conjuntas pautadas num cessar-fogo, permitiria ao Estado uma legítima presença nas zonas produtoras dominadas pela guerrilha. Todavia, a nova orientação vinda de Washington previa que o tráfico de drogas alimentava a guerra colombiana, então, combater o tráfico duramente seria golpear severamente o movimento insurgente, tendo isto acontecido, seria possível a realização de uma paz negociada. A idéia que visava à saída pela paz ficou meramente como uma proposta simbólica.

O fruto desta negociação seria chamado de “*Plan Colombia*”, que previa um investimento de US\$ 7,5 bilhões. Estados Unidos, União Européia e as instituições financeiras internacionais investiriam aproximadamente 3,5 bilhões, enquanto que a Colômbia deveria contribuir com outros 4 bilhões de dólares. O programa se destacava por sua vertente militar e de combate às plantações de coca, que de forma surpreendente foi prontamente reprovado pela União Européia. Os países europeus não concordavam com sua participação em um programa que tinha como principal objetivo a militarização do combate à droga. O Parlamento Europeu adota em 1 de fevereiro de 2002 a seguinte proposta:

afirmava que o Plano Colômbia era diretamente oposto a muitos dos objetivos e compromissos da União Européia e que poderia

ameaçar a sua cooperação. Era proposto um programa europeu de apoio socioeconômico e institucional ao processo de paz colombiano ajustado a proteção dos direitos humanos, ao direito internacional humanitário e as liberdades fundamentais, melhorando as condições da população local, fomentando a substituição dos cultivos e a proteção da biodiversidade e ajudando a implementação de reformas estruturais na área em que ocorre o conflito armado (CHERNICK, 2008: 136).

Diante desta falta de sincronia diplomática, fica claro que na elaboração do programa militar norte-americano para Colômbia, as discussões foram restritas a assessores americanos, tendo assim excluído os membros da União Européia de participarem e de adicionarem propostas que poderiam ser divergentes. O fato que mais chama a atenção é o projeto ser apresentado na embaixada colombiana nos Estados Unidos e estar redigido em inglês (LEONGÓMEZ, 2007: 211).

Os investimentos americanos fizeram com que as Forças Armadas da Colômbia passassem por uma grande modernização e reaparelhamento. Este processo possibilitou as FFAA colombianas enfrentar o novo desafio militar das Farc-ep e, depois de um ano, lograram retomar a iniciativa tática no campo de batalha. Para isso, foram transferidos militares norte-americanos para a Colômbia com o objetivo de dar instrução/treinamento aos soldados colombianos e a batalhões com funções específicas, no caso, os antinarcóticos. Assessores militares e parte da inteligência do Comando Sul (U.S. Southern Command) participaram ativamente deste programa (Idem, 2007: 218).

As radicalizações das partes envolvidas no conflito levaram o país andino a ter uma das maiores cifras de desabrigados do mundo. O processo que vinha aumentando desde o governo Samper encontrou, nas políticas militaristas de Pastraña, um terreno fértil para se desenvolver com grande rapidez. As fumigações e as ações militares desalojaram de suas casas milhares de camponeses que, sem ter para onde ir, ficavam vagando pelo interior do país. Luna (2005, p. 78) classifica esta situação de “refugiados dentro de su propio país”. A Colômbia passa por uma grave crise humanitária associada a um alto número de deslocamentos populacionais; até 2002, a

FARC-EP: o mais longo processo de luta revolucionária...

cifra de desabrigados era de 402.663 pessoas. Essas migrações forçadas têm causado um desequilíbrio na política regional, pois, muitos colombianos fugindo da violência e perseguição de ambos os lados (governo e guerrilha) têm buscado se refugiar de forma ilegal em outros países.

Ano	Nº de pessoas em deslocamentos forçados
1997	257.000
1998	308.000
1999	288.000
2000	317.375
2001	341.925
2002	402.663

Fonte: Observatorio de la Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (Codhes)

Em decorrência da pressão de países fronteiriços à Colômbia, mudaram a nomenclatura do programa, que passou a se chamar “Iniciativa Regional” Andina, porque países como Peru, Equador e Panamá reivindicavam também uma ajuda financeira. Alegavam que o conflito poderia transbordar as fronteiras e adentrar seus territórios. Assim, visando o crédito, estes países declaravam-se sem capacidade de efetivar um combate, tanto contra os guerrilheiros colombianos como contra uma possível migração das plantações de coca para os seus domínios. Mesmo com a inclusão destes países, a Colômbia continuava a receber a maior fatia dos investimentos. Com a ajuda financeira direcionada a novos países da região, Washington objetivava regionalizar o conflito, angariando apoio político e militar em uma possível ofensiva contra a guerrilha.

O presidente Pastraña não consegue êxito diante do movimento dos grupos insurgentes. Seu sucessor Álvaro Uribe, chega à presidência com a promessa de combater com mão de ferro a guerrilha. O novo presidente tenta desqualificar politicamente o movimento insurgente, proposta que não é inédita, pois, ao longo dos anos o discurso vai variar de

acordo com os interesses dos EEUU. Em fins dos anos 80 e início dos 90, os guerrilheiros passaram a ser chamados de “narcoguerrilha”, tal denominação ocorreu porque neste momento o foco da política externa estadunidense era o combate às plantações de coca na América do Sul. Após os ataques de 11 de setembro, o governo colombiano, de acordo com a nova doutrina norte-americana de luta contra o terror, classificou as Farc-ep como um grupo terrorista e procurou apoio na comunidade internacional para resolver este problema, alegando que a luta neste momento era contra o terror, se tratando de uma questão mundial.

De acordo com a óptica da diplomacia norte-americana, uma possível internacionalização do conflito garantiria apoios regionais para combater a guerrilha interna. Dessa maneira, o governo colombiano procurava uma possível liberdade de ação sobre o território de vários países fronteiriços com a Colômbia no caso de uma possível invasão de perseguição à guerrilha ou para realizar uma manobra de envolvimento pelos flancos. Brasil e Venezuela prontamente se mostraram contrários a essa perspectiva que passava por cima da soberania dos países da região, o que significava ignorar o princípio basilar de organizações internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

O governo brasileiro classifica o conflito colombiano como um assunto interno à Colômbia e que, portanto, é relativo apenas à nação colombiana. Com esse pensamento se mantém, em respeito ao princípio de não intervenção, isento de participar das ações do teatro de guerra desenhado pelos Estados Unidos. No entanto, juntamente com a comunidade internacional tem criticado severamente as Farc-ep, em decorrência do desrespeito por parte da guerrilha aos direitos humanos (manutenção de reféns em plena área de selva), das retaliações e assassinatos injustificados de camponeses e opositores. No cenário internacional o movimento armado colombiano tem caído em grande descrédito, em função, de suas ações extremamente violentas. Tal processo dificulta ainda mais a retirada das Farc-ep da lista negra de grupos terroristas do Departamento de Estado dos Estados Unidos e da União Européia, esta classificação, conseqüentemente impede a efetivação de um dos principais

objetivos dos guerrilheiros, que seria conseguir através da pressão internacional sobre a Casa de Nariño, o status de beligerante.

Buscando a vitória a qualquer custo, o presidente Uribe dá seqüência ao amplo processo de militarização que vinha sendo implantado no país em decorrência do apoio financeiro e do impulso dado pelos Estados Unidos via Plano Colômbia. Durante o seu governo é elaborada a Política de Defesa e Segurança Democrática (PDSD), que tem como principal objetivo a retomada do controle territorial das mãos da guerrilha e dos paramilitares.

Na aplicação da nova política ficou manifesta a euforia militar do novo presidente com a criação de: uma divisão de exército, quatro novas brigadas, nove brigadas móveis, seis batalhões de alta montanha, trinta e um esquadrões móveis de carabineiros, dez companhias meteoro e treze grupos de forças especiais antiterrorismo urbano. Também se constata um aumento considerável nas compras de armamento e de equipamento militar, como a aquisição de vinte e cinco aviões supertucanos, doze helicópteros Bell duzentos e seis Rangers e oito Black Hawk (CRUZ ATEHORTÚA, 2007: 53).

De 2002 a 2006, o número de homens nas Forças Armadas teve um acréscimo de 36,2 %. O número total era de 247.042, assim distribuídos: Exército contava com 211.046, na Armada existiam 26.466 e a Força Aérea tinha 9.530. Este aumento no efetivo levou o governo a destinar 5,3% de seu PIB para as questões militares, juntamente com o “*impuesto al patrimonio*” (recursos obtidos com exclusividade para a Polícia Nacional e as Forças Armadas), o que leva o país andino a contar com um dos maiores orçamentos para Defesa na América do Sul (HERRERA, 2006: 86).

Com os investimentos e modernização das Forças Armadas foi possível atingir o principal objetivo de seu projeto: o domínio territorial, restando agora para a guerrilha apenas a mobilidade. A diferença desta nova estratégia militar foi o emprego da força aérea nos ataques ao movimento insurgente e no importante apoio logístico em operações prolongadas.

A operação de maior envergadura durante o governo de Uribe foi o “Plano Patriota”. Esta operação buscava retomar o controle sobre a

região sul do país, local de domínio histórico das Farc-ep e de financiamento de sua guerra, em função, das amplas plantações de coca. Em dezembro de 2003, desenvolveu-se a ofensiva em Caquetá, que logo foi estendida a Guaviare, Meta e Putumayo. Este ataque contou com 18.000 soldados, com mais de 800 assessores militares dos Estados Unidos, que apoiavam logisticamente e 600 contratados particulares estadunidenses, esta ação buscava destruir a infra-estrutura das Farc-ep na região. O Plano Colômbia estipulava um número máximo de norte-americanos no território colombiano. Era permitida a presença de 400 militares e este mesmo número também se destinava a segurança privada. Uribe ao chegar ao governo, solicita um aumento neste número. Para 800 militares e 600 civis. Essa proposta foi aceita pelo presidente W. Bush (CHERNICK, 2008, p. 235).

Essa transformação militar trouxe bons resultados para o atual governo, praticamente foram retomadas todas as localidades que se encontravam nas mãos da guerrilha. Porém, a reinstalação dos poderes centrais nessas localidades levou os grupos insurgentes a se fixarem principalmente na área fronteira, em consequência da débil presença estatal e da sua “alta porosidade”, facilitando desta forma a manutenção da sua logística. As Farc-ep não conseguiram mais levar a cabo, como no período anterior, sucesso às operações militares de real valor estratégico e viram-se obrigadas a retornar à guerra de guerrilhas, evitando a concentração de amplas unidades militares frente ao avanço da Força Aérea (LEONGÓMEZ, 2007: 75). Até fins de 2006, a força pública estava presente nos 1.098 municípios do país.

Diante desta nova posição no campo estratégico por parte das Forças Armadas, as Farc-ep procuraram através de pequenas ações contra membros da força pública desgastar a política militar do governo de Uribe. Os insurgentes, em decorrência da diminuição do número de soldados em suas fileiras e dos duros golpes sofridos (morte do seu líder máximo, Manuel Marulanda Vélez, e de outros integrantes do secretariado, como Raul Reyes e Ivan Rios), estão evitando grandes enfrentamentos durante as investidas

do Exército, para desta forma conservar sua força de combate, e passaram a fazer uso em grande escala da retirada estratégica.

O presidente Uribe gradativamente passou a obter ao longo dos últimos anos vitórias expressivas, o que vem propiciando ao seu governo um alto grau de aceitação por parte dos colombianos. No entanto, após a vitória de Barack Obama e de uma maioria democrata no parlamento norte-americano que são contra a escalada militar do ex-presidente W. Bush, o governo colombiano viu ameaçada a continuidade do apoio financeiro estadunidense que patrocina a sua política militarista e que fere os direitos humanos. Diante das pressões internacionais, o atual governo se encontra numa grande encruzilhada: sentar para negociar com a guerrilha, numa mesa de diálogo entre interlocutores, o que conferiria às Farc-ep um caráter beligerante, indo desta forma contra a classificação norte-americana de grupo terrorista, ou continuar com a opção militarista, colocando em risco a vida dos reféns que estão em mãos dos guerrilheiros e podendo aprofundar ainda mais o abismo social pelo qual passa toda a população colombiana.

Bibliografia

- CHERNICK, M. *Acuerdo posible: solución negociada al conflicto armado colombiano*. Bogotá: Ediciones Aurora, 2008.
- CRUZ ATEHORTÚA, A. L. *Las Bandejas del presidente Uribe*. Bogotá: La Carreta Editores, 2007.
- GALLEGO, C. M. *FARC-EP. Notas para una historia política 1958-2006*. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. (tese de doutorado)
- HERRERA, A. M. A. *Análises de la efectividad de la política de defensa y seguridad democrática del presidente Álvaro Uribe Vélez*. Colombia: Universidad Pontificia Bolivariana, 2006.
- LEONGÓMEZ, E. P. *Uma Democracia Sitiada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.*

- LUNA, E. *Colombia incógnita siglo XXI*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2005.
- MEDINA, J. G. F. *As FARC: Dimensão Organizacional e Política*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001. (dissertação de mestrado)
- RAMÍREZ, H. V. *El conflicto político armado en Colombia negociación o guerra*. Santiago de Cali: Editorial Universidad Del Valle, 1998.
- SAINT-PIERRE, H. L. *A política armada fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- VELÁSQUEZ, A. V. (org.) *Ensayos sobre seguridad y defensa*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.
- VÉLEZ, M. M. *Esboço histórico das FARC-EP*. Colômbia: NOVA, 1998.

Recebido em março e aprovado em julho de 2009.